

EDUCAÇÃO NO CAMPO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

MOREIRA, Paulo Odair¹
SCHENATO, Vilson Cesar²

Resumo

Em meio à tantas mudanças o sistema de educação se viu obrigado à proporcionar às novas gerações uma educação voltada à realidade do aluno e das famílias que moram no campo. Sendo assim, a pesquisa foi elaborada a partir de pesquisa bibliográfica e entrevista com 06 (seis) ex-alunos do Ensino Médio Integrado, para identificar sua opinião a respeito do curso oferecido e se o mesmo foi relevante para sua formação. O objetivo da pesquisa foi identificar como e porque a Educação no Campo se tornou relevante para os estudantes do Ensino Médio, da Escola Básica Estanislau Schumann, município de Bela Vista do Toldo enquanto esteve implantada na referida instituição escolar como EMIEP. A priori o texto aborda os conceitos de espaço geográfico e desterritorialização. Em seguida aborda o conceito de Educação no Campo, a legislação sobre essa modalidade de ensino e, por fim, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP. A escolha da temática deve-se ao fato de que é preciso oportunizar ao aluno do campo a mesma educação oferecida ao aluno da cidade, e conhecer a legislação que trata da educação para o homem do campo, respeitando sua realidade e sua cultura. Com as leituras e estudos foi possível perceber os aspectos legais, a concepção e a ideologia do Ensino Médio Integrado. Já com as entrevistas foi possível perceber que os alunos se interessaram pelo curso porque o mesmo era profissional, ensinava e orientava sobre técnicas agrícolas utilizadas no dia a dia das famílias de agricultores. Enfim, constatou-se que para uma cidade, essencialmente, agrícola a oferta de um curso profissionalizante voltado para o Agronegócio pode auxiliar a produção agrícola, bem como diversificar a produção e aumentar os lucros.

Palavras-chave: Educação no Campo. Educação Profissional. Ensino Médio. Bela Vista do Toldo.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo onde as facetas da globalização se tornam mais evidentes e onde as sociedades parecem se tornar cada vez mais homogêneas, perdendo por assim dizer as características que as tornam distintas, pensa-se em uma questão problema para nortear o trabalho de conclusão de pós-graduação.

¹ Paulo Moreira. Mestre/Acadêmico do curso do Instituto Federal de Santa Catarina. Email: Paulo.apirca@gmail.com

² Professor efetivo do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

Pensou-se na educação no campo, uma modalidade do sistema de educação que visa oportunizar ao aluno no campo uma educação voltada para a realidade e especificidades do campo, sem deixar de lado a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Os questionamentos se voltam para a influência que tem os processos educativos em relação ao processo de fixação e territorialização do jovem no meio rural³. Sendo assim, o intuito é analisar sobre a ótica da ciência geográfica a educação do campo, o modelo de educação no campo implantado no Ensino Médio, no município de Bela Vista do Toldo, onde a principal atividade econômica do município é a agricultura.

A ideia foi abordar a relevância do referido curso de Ensino Médio Integrado, que tinha como foco a gestão da propriedade rural, com base na agricultura familiar, com a realidade territorial e sócio cultural do homem do campo.

No estudo intitulado “Educação no Campo e Educação Profissional: o Ensino Médio Integrado, foi possível abordar questões que envolvem os jovens que vivem no meio rural e os processos educativos, que além de proporcionar uma educação voltada a sua realidade de vida tem por objetivo, mostrar às novas gerações que o campo e a atividade agrícola podem ser recompensadoras, que a saída do jovem do campo para a cidade pode gerar problemas econômicos, superpopulação nas cidades, ausência de mão-de-obra no campo e possível diminuição de produção de alimentos como grãos e cereais.

A construção do Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, e como explica Silva (2002) e Gil (1999) essa pesquisa consiste na procura de referências teóricas, publicadas em livros, artigos, documentos etc., para que o pesquisador que procura explicar um problema a partir dos materiais pesquisados tome conhecimento e analise as contribuições científicas à temática em questão, indo além do que a realidade simplesmente mostra.

O problema da pesquisa foi: Porque a Educação no Campo e o Ensino Profissionalizante (Agronegócio) se tornaram relevantes para alunos, filhos de agricultores, que residem na zona rural de um município essencialmente agrícola?

³ O termo “juventude”, de acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1987, p. 661), quando “aplicado a uma pessoa, expressa o período compreendido entre o fim da infância e o início da idade madura”, mas também a “Juventude tem um sentido coletivo de maior interesse para os estudos sociológicos, significando uma parte da população total de cada país ou grupo de países”.

A escolha da temática justifica-se pelo fato de que é preciso oportunizar ao aluno do campo a mesma educação oferecida ao aluno da cidade, conhecer a legislação que trata da educação para o homem do campo, respeitando sua realidade e sua cultura.

Pesquisar sobre educação no Campo e o EMIEP, tornou-se importante também porque é preciso conhecer o processo histórico da educação, da educação no campo e quando as políticas públicas educacionais perceberam que cada realidade territorial, precisa de uma proposta de ensino específica e objetivos específicos.

Partindo dessa ótica, o objetivo do estudo foi identificar como e porque a Educação no Campo se tornou relevante para os estudantes do Ensino Médio, da Escola Básica Estanislau Schumann, município de Bela Vista do Toldo enquanto esteve implantada na referida instituição escolar como EMIEP, entre os anos de 2006 a 2013.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: Identificar conceitos geográficos que auxiliassem na compreensão de espaço rural; Constatar o que a legislação vigente traz sobre a Educação no Campo; Relacionar os objetivos do Ensino Médio Integrado e entrevista de ex-alunos, no intuito de perceber sua relevância para os alunos do Ensino Médio.

Para melhor organização e compreensão do leitor, o texto a priori aborda alguns conceitos geográficos como espaço geográfico, território e desterritorialização. Em seguida aborda-se o conceito de Educação no Campo, a legislação sobre essa modalidade de ensino e, por fim, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP / Agronegócio, programa implementado pela Secretaria de Educação de Santa Catarina a alguns anos no município de Bela Vista do Toldo.

A partir dessas conceituações de geografia, pretende-se também fazer uma abordagem teórica sobre os conceitos, território, educação do campo e juventude rural.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESPAÇO GEOGRÁFICO E TERRITÓRIO: CONCEITOS GEOGRÁFICOS

De acordo com Alano (2004) entender o conceito de espaço é perceber que o homem transforma a natureza por meio de seu trabalho e compreender que o meio em que se vive não foi sempre dessa maneira, e que já foi diferente porque sua transformação é obra da ação do homem que o habita, no tempo e no espaço.

Pode-se afirmar que o espaço é ao mesmo tempo, natureza e sociedade. A sociedade não existe sem a natureza, que é seu *locus* de (re)produção; é onde o homem vive, se relaciona com o meio natural e com os outros seres, é onde produz e se reproduz. Ao mesmo tempo, a natureza influencia na organização humana sobre a terra, sobre os locais de moradia e os recursos naturais disponíveis. “Espaço geográfico não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso e mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”. (SANTOS, 1985, p.10).

Alano (2004) menciona que esse relacionamento homem/natureza não acontece de forma neutra, pois ao mesmo tempo em que a natureza sofre as influências do homem, ela também influencia na organização humana.

O espaço geográfico, portanto, traz consigo as características da sociedade que o produziu e o produz, ao longo de um tempo histórico. A partir dessa compreensão é possível perceber que os espaços não surgem prontos e acabados, ao contrário, carregam as marcas do passado, do antigo que permanece coexistindo no novo. O espaço é palco de influências recíprocas, entre o velho e o novo, que o produzem ao mesmo tempo em que o transformam. “...compreender o conceito de espaço é compreender como o homem transforma natureza por meio do trabalho” (KOZEL, 1996 apud ALANO, 2004, p.31).

Sabendo que o espaço geográfico se transforma a partir da ação do homem, cabe ressaltar que o aluno/jovem do campo precisa compreender que as mudanças são necessárias, mas devem ser realizada de maneira consciente e sustentável. É necessário que o jovem do município de Bela Vista do Toldo-SC perceba, proporcione a participe das mudanças, focando melhorias no espaço ao qual faz parte.

Assim como o conceito de espaço geográfico, o conceito de Território é um conceito geográfico, extremamente importante para que se possa compreender que a relação homem/meio é permeado de conflitos que acontecem em diferentes tempos e espaços.

De acordo com Souza (1995) o conceito de território tem como principal fundamento, as relações de poder que nele se estabelecem. Essas relações são influenciadas pelos interesses do governo, de quem governa e para quem se governa. Muitos territórios são construídos, (re)construídos e destruídos nas mais diversas escalas, desde a local até a internacional. "... os territórios só existem se forem constituídos por relações de poder estabelecidas entre os homens que os construíram. Assim, um espaço só pode ser considerado um território se estiver permeado pelo poder ou pela disputa pelo seu controle" (ALANO, 2004, p.102).

Souza (1995) também relata que cada território apresenta suas próprias características, funções diferenciadas, traços culturais específicos e sujeitos com comportamentos diferentes, e é essa amálgama que caracteriza um território, formando sua identidade.

É no território que o jovem pode empregar e desenvolver ações e estratégias que proporcionem melhorias na produção agrícola e facilitem o trabalho na agricultura. A educação no campo aborda questões que visam valorizar o trabalho do homem do campo, o trabalho agrícola, a importância da agricultura para a sobrevivência humana e a relevância das novas gerações permanecerem no campo para dar continuidade ao trabalho agrícola e reproduzirem o modo de vida dos seus pais.

2.1.1 Desterritorialização e juventude do campo

De acordo com Lameira (2013) o conceito de desterritorialização surgiu a partir de fatores voluntários, involuntários, conflitos, guerras, crises econômicas, desemprego, êxodo rural, modificações no território, como a construção de barragens e desmatamento. A desterritorialização se tornou mais forte ao passo que as pessoas se viam obrigadas a abandonar seu espaço, sua família, seus costumes e tradições, passando a viverem em aglomerados precários e vulneráveis, sem

adequadas condições sanitárias, higiênicas e alimentares. Nesse contexto, o poder de compra e o acesso a serviços, lugares e à tecnologia também diminuí.

O processo de desterritorialização desenvolvido nas últimas décadas distanciou o homem da prática agrícola, abalou a geração de renda, rompeu o vínculo existente entre o homem e o seu território, sua autonomia, enfim, a desterritorialização fez com que o homem abandonasse seu território, principalmente, devido a problemas de insegurança, desigualdade e crise econômica.

...os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e conseqüente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitárias e econômica. (LAMEIRA, 2013, p.8).

De acordo com Castro (2012) a terminologia jovem é usada para distinguir, de maneira etária, o jovem, o adulto e o idoso. O jovem camponês é aquela população que ainda não está inserida no mercado de trabalho, estão em processo de formação e não possuem experiência, mas estão associados à transformação social, aos movimentos e lutas sociais.

O termo jovem do campo sempre foi usado para designar o filho do camponês que ainda vive com os pais na zona rural e que ao procurarem independência acabam saindo (migração) do campo, para a cidade em busca de melhores condições de vida e no intuito de melhorar sua situação financeira. Esse processo de migração tornou-se um problema para a sociedade da década de 1980 e 1990, pois demonstrava o desinteresse do jovem pela vida no campo e pela produção agrícola familiar.

Castro (2012) menciona que em fins dos anos 1990 esse processo (migração do jovem do campo para a cidade) começou a se reverter, principalmente, a partir dos ideais da política da Reforma Agrária, pelo assentamento das famílias na zona rural e a partir da organização dos movimentos sociais e sindicais, realizados pelos próprios jovens do campo que ainda enfrentavam muitos preconceitos, mas lutavam e resistiam para permanecer no campo.

Era constante o diálogo com o mundo globalizado e com as lutas pelos direitos dos trabalhadores e de cidadãos, sempre com o objetivo de transformar a

realidade do campo e das pessoas que vivem no campo. Nesse sentido, a educação do campo atua como o principal eixo de transformação dessa realidade, responsável em cativar os jovens para o contexto educacional, incentivá-lo a permanecer no campo administrando a propriedade rural da família, contrariando o estereótipo de que para trabalhar no campo não é necessário estudar.

O que os jovens e suas famílias precisam entender é que educação voltada para a realidade do campo contribui, profundamente, para o desenvolvimento (estrutural e econômico) da propriedade, e conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico de toda a família.

Partindo dessa ótica, a educação no campo anda na contramão da desterritorialização, pois incentiva o jovem a enfrentar os problemas econômicos, se adaptar às mudanças e inovações tecnológicas e a criar estratégias que resgatem o vínculo entre homem e campo.

No município de Bela Vista do Toldo-SC, o curso do EMIEP (Agronegócio) contribuiu no sentido de não dar forças ao processo de desterritorialização, ou seja, veio para conscientizar os jovens de que o campo, as tradições desenvolvidas e praticadas pela população do campo, os costumes e a cultura são marcas de um povo e de um processo, extremamente, importante para o desenvolvimento e identidade de um município.

Se a Educação no Campo surgiu no sentido de fazer as pessoas perceberem a importância do campo, da zona rural, da agricultura, do agricultor para o desenvolvimento econômico e cultural, cabe aprofundar a seguir o conceito de educação no campo.

2.1.2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

De acordo com Rocha e Martins (2012) a Educação do Campo é uma temática bastante discutida no meio acadêmico, educacional, econômico e das políticas públicas por ser uma temática que aborda questões do campo, produção agrícola, introdução de tecnologias no campo, bem como proporciona aos jovens, concluir o Ensino Médio e ter uma formação profissional.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma *categoria de análise* da situação ou de práticas e políticas de

educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012).

A Educação do Campo, com aproximação da vida cotidiana do sujeito que vive no campo, ganha maior significado no contexto educacional, caracterizando-se como uma forma de aprendizagem significativa e que possibilita a transformação, seja do sujeito quanto do espaço e da cultura em que esse está inserido. Recebe essa denominação, não somente pela localização espacial e geográfica, mas pelas características culturais do homem do campo, que se diferencia do homem da cidade.

“... educação do campo deve ser aquela em que se baseia em práticas educativas e pedagógicas que estejam de acordo com a realidade da população camponesa, bem como que levem em conta a cultura e as tradições das pessoas que vivem no âmbito rural”. (RODRIGUES e BONFIM, s/d, p.1377).

O estereótipo de que o homem do campo é um sujeito coletivo que atua na coletividade, fortalece as ideologias da Educação do Campo, que vê no campo uma possibilidade de crescimento pessoal, formação profissional, desenvolvimento econômico, permanência do homem no campo, trabalho garantido, mas um trabalho pautado em conhecimentos que possam auxiliar esse sujeito a minimizar gastos e maximizar lucros.

A escola da Educação do Campo nasce como uma das dimensões da luta pela conquista de um modo de produção de vida. Nesse sentido, se articula com um conjunto de princípios, conceitos e práticas em construção, no conjunto das lutas empreendidas pelos trabalhadores do campo. Sendo assim, a escola também se insere como um território a ser ocupado. (ROCHA e MARTINS, 2012, p. 30).

Para Rocha e Martins (2012), na escola do campo a realidade é considerada na sua totalidade. As transformações, criações e recriações realizadas pelo homem, são analisadas com base na sustentabilidade e no uso consciente dos recursos naturais.

No entanto, o aluno do campo não chega no contexto escolar sabendo de tudo e de todas as informações que precisa para agir e transformar o campo em benesses, pelo contrário, a escola tem a função de orientar esse alunos, criar programas próprios para esse tipo de educação, proporcionar meios para que o

aluno veja o campo sob outra ótica e mostrar que todas as pessoas precisam do campo (alimentos) para sobreviver, que o campo oferece um trabalho contínuo e que, também, precisa se adaptar às mudanças sociais, políticas e econômicas.

Já que acredita-se que o homem do campo vive coletivamente, a educação do campo também exige um trabalho coletivo. Dessa forma, é preciso trabalhar, problematizar e sistematizar a territorialidade e suas diversas formas de organização e produção. Associar princípios, conceitos e práticas da educação do campo ao projeto pedagógico é o primeiro passo para a construção de uma educação voltada para as necessidades e interesses do homem do campo. Unir prática e teoria é fundamental na educação do campo, no entanto, a produção de conhecimento sobre essa temática é escasso.

De maneira geral, o conceito de Educação no Campo é proporcionar aos alunos que residem no campo, os mesmos direitos à educação que os alunos da cidade desfrutam, embora respeitando o contexto em que estão inseridos sem deixar a qualidade e a equidade do processo de ensino aprendizagem, além de proporcionar a formação integral do aluno.

A rede estadual de ensino de Santa Catarina, possui uma política para a educação do campo e dentro dessas políticas, pode-se citar a implementação de cursos EMIEP.

Buscando uma contextualização de Educação do Campo na legislação educacional brasileira, pode-se afirmar que a mesma incorpora todos os ambientes que envolvem a agricultura, a pecuária, as minas, os espaços das florestas, pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas.

Em certa medida, o que está sendo chamado de Educação do Campo nasce em contraposição ao arcabouço da Educação Rural, entendida, esta, como as políticas e práticas exercidas pelas diversas instâncias do Estado brasileiro ao longo da história.

Na História da educação escolar brasileira que, como política de Estado, não é tão antiga assim. Pode-se demarcar como início da ação deliberada do Estado brasileiro, no sentido de oferecer educação escolar pública à população, com vistas a um determinado modelo de desenvolvimento nacional – desenvolvimento industrial nacionalista – o primeiro governo de Getúlio Vargas. E são exatamente os efeitos desse modelo de educação escolar rural excludente e voltado aos interesses do

mercado, que a Educação do Campo se põe a combater (Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação, 2018), visando uma educação igualitária e de qualidade, sobretudo voltada para a realidade do campo.

2.3 LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO

A Educação no Campo não é um modismo nem uma ação desvinculada dentro do processo educacional. Após perceber que o processo de ensino aprendizagem e o currículo escolar estavam desvinculados da realidade do aluno do campo é que se propôs estudos, bem como foram criadas leis própria para a educação no campo, no intuito de garantir uma educação igualitária e de acordo com a realidade de cada aluno.

A Constituição Federal de 88, no Arts. 205 e 206 garante educação gratuita a todos, bem como a permanência desse aluno na escola dos 4 aos 14 anos, seja ele da área urbana ou rural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.394/96 também preconiza o direito à educação e a igualdade de condições de acesso e permanência nos bancos escolares, independente da classe social, econômica, raça, sexo, cor, idade e condição física.

Na LDB, o Art. 28 avançou na questão da educação no campo, delineando as principais ideologias sobre essa modalidade de ensino e estabeleceu legislação para nortear a metodologia a ser empregada na educação no campo, a elaboração de currículos, a organização das unidades escolares e o calendário escolar, que é diferente das escolas urbanas, por considerar a realidade do campo, as fazes cíclicas da agricultura e as condições climáticas.

O Art. 23 orienta sobre a organização dos anos escolares que podem ser por semestres, ciclos ou períodos. Já o Art. 26 menciona que o currículo para a Educação no campo deve se apoiar na Base Nacional Comum, porém deve possuir uma parte diversificada, tendo como foco as características culturais do contexto e realidade local.

A Lei 12.960/2014 que altera a Lei 9.394/96, menciona que nenhuma escola do campo pode ter suas atividades encerradas, sem ter consulta à população local, Conselho Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação.

Em 2010, o Decreto nº 7352/2010 estabelece que a Educação Campo deve estar de acordo com a realidade do campo, assim como prevê uma política de Educação no Campo e o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, o denominado PRONERA, o qual foi criado em 1998, pela Portaria 10/98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária

O PRONERA surgiu a partir de discussões entre o MST e as universidades durante o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, o qual teve por principal objetivo “a ampliação das atividades educativas desenvolvidas nos assentamentos por educadores envolvidos nesse projeto educacional, surgindo assim a ideia de criar um programa nacional de educação na reforma agrária.” (RODRIGUES e BONFIM, s/d, p.1377).

Esse programa teve por intuito criar e propor projetos voltados para o desenvolvimento da área agrária, assim como para capacitar profissionais da educação para atuar pedagogicamente dentro do contexto dos assentamentos, com crianças, adolescentes e adultos no intuito de proporcionar a prática democrática e de cidadania.

Mesmo diante da legislação vigente, pode-se dizer que a Educação no Campo, que pretende proporcionar uma educação de qualidade, baseada na realidade e na cultural do campo, bem como minimizar os casos de analfabetismo no campo foi uma conquista dos movimentos sociais.

Outras legislações também foram criadas no intuito de melhorar a oferta e a permanência dos alunos no campo, nas unidade escolares. São elas:

- Resolução nº 1 de abril de 2003 do Conselho Nacional de Educação – CNE que institui as Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escola do Campo;

- Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008 do CNE propõe como objetivo da Educação no Campo a universalização do acesso, permanência e qualidade da Educação Básica;

- Resolução nº 4 de julho de 2010 define as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo e institui a educação do Campo como modalidade específica do sistema de educação;

Além da Legislação vigente sobre Educação no Campo, o Plano Nacional de Educação também contempla aspectos da Educação no Campo, e considera relevante sua atuação com as crianças que atuam no campo.

Em Santa Catarina a legislação que traz a prática da Educação no Campo é o Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 16.794/2015, de 14 de dezembro de 2015 e a Proposta Curricular de Santa Catarina que enfatiza a necessidade de uma educação voltada para os trabalhadores e moradores do campo, que vivem da atividade agrícola e/ou estão para pessoas que vivem em assentamentos.

2.4 ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EMIEP

A educação no campo se tornou uma prática constante no estado de Santa Catarina por isso a necessidade de integrá-la ao Ensino Médio, tornando-o profissionalizante. Se se tornou relevante ao estado, mais relevante se tornou a um município agrícola, com famílias que vivem da agricultura familiar e do campo, e que muitas vezes, não veem a educação como um recurso que auxilia na formação da identidade do sujeito, nem a consideram um recurso que possibilita melhorar seu estilo de vida e seu trabalho.

Para a concepção sócio-histórica a visão de educação tem o trabalho como princípio educativo, priorizando a formação do caráter e não apenas a parte técnica, sendo que é pela produção que o homem estabelece relações com seus semelhantes, produz conhecimentos, constrói a sociedade e faz história.

Partindo dessa ótica, educar para o trabalho transcende de mera capacitação e treinamento profissional, sendo que a escola pública é o principal espaço de acesso aos processos educativos e formativos disponível para o cidadão que vive do trabalho.

Diante disso e considerando que Bela Vista do Toldo/SC é um município essencialmente agrícola que apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (0,702) insatisfatório, decidiu-se juntamente com lideranças locais e regionais e com a comunidade em geral, pela implantação de um curso que fosse voltado para a gestão do Agronegócio, onde se pretendeu atender uma demanda exigente e carente de informações claras, coesas e objetivas sobre esse tema; como também

subsidiar os alunos e familiares das noções de administração e potencialidades da sua propriedade, agregando valor e evitando o êxodo rural.

Sabendo que aproximadamente 95% do município de Bela Vista do Toldo é composto de propriedades rurais, e que estas pertencem a grupos familiares que sobrevivem daquilo que produzem, foi implantado com bases na Resolução do CEB nº 04 de dezembro de 1999; no dia 20 de junho de 2005, pelo Conselho de Desenvolvimento Regional de Canoinhas o Curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Agronegócio, no município de Bela Vista do Toldo. Aprovado em 2005 o curso teve início, com a primeira turma, em 2006 e término em 2013.

A escolha do curso deveu-se ao fato de que era necessário melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor rural, considerando seu cunho social e econômico, assim como pretendia atingir índices positivos referentes à melhoria da qualidade ambiental e de vida de seus habitantes, mediante a valorização e conhecimento do seu patrimônio natural e cultural e das possibilidades de uso sustentável dos recursos naturais.

Afirma-se que o agronegócio apresenta uma gama diversa de modalidades, não se limitando a um só tipo de atividade, servindo como um incremento de opções produtivas e ampliando a renda da agricultura familiar que foi o foco fundamental do curso.

Ao relacionar curso de Agronegócio ofertado no Ensino Médio com o conceito de Educação Profissional pode-se perceber que essa modalidade de educação veio para adequar as novas gerações às exigências do mercado de trabalho, ao contexto competitivos e tecnicista.

Conforme Pereira (2012), a partir da década de 1990, a ampliação das discussões a respeito da educação profissional gerou interesse na população jovem, ao mesmo tempo que expandia as matrículas do ensino médio profissional, voltado para a população do campo, indígena e quilombola, mas o grande problema ainda girava em torno dos conteúdos abordados nos bancos escolares.

Enfim, na proposta de educação do campo não era suficiente abordar os mesmos conteúdos abordados nas escolas do centros urbanos, pelo contrário, era preciso construir um currículo escolar diferenciado, que abordasse aspectos do

campo e preparasse o jovem para trabalhar no campo, com base a produção agrícola.

Gradativamente, e após várias discussões e ponderações por estudiosos da área e criadores dessa política pública, o currículo da educação no campo foi construído para o jovem que mora e tinha interesse de permanecer no campo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É evidente que as mudanças no contexto social influenciaram o sistema de educação e exigiram desse sistema novos métodos e modalidades de ensino que pudesse beneficiar, pedagogicamente, todos os estudantes, indiferente de suas condições sociais, econômicas, culturas e territoriais.

As mudanças ocorridas em todo território depende da ação do homem e visa seu próprio benefício e crescimento. Sendo assim, é preciso conhecer as características, história, cultura e a principal atividade econômica do lugar e/ou território para propor estratégias e ações eficientes e eficazes para aquele contexto.

Ficar no campo, trabalhar na agricultura e desenvolver a propriedade rural dentro de uma logística organizacional requer estudo, domínio técnicas e conhecimento científico, já que atualmente o campo possui vários equipamentos e máquinas com tecnologia de ponta.

Não se pode pensar e aceitar a desterritorialização do campo, como um movimento normal e necessário para o crescimento profissional do jovem. Essa realidade ainda pode existir, mas a partir dos anos 1990 essa realidade começou a se modificar. Nesse sentido, é preciso conhecer as políticas e iniciativas públicas e ideologia da Educação no campo, as quais incentivam o jovem a permanecer no campo, trabalhar na agricultura e se desenvolver econômica como em qualquer outro setor ou atividade econômica.

Pobre, rico, negro, branco, nativo, europeu, criança do campo e criança da cidade, todos, com equidade e igualdade de direitos podem e devem ter uma educação voltada para sua realidade, valorizando sua vivência, a história, a cultura e o trabalho de sua família. Educar nesses moldes, tendo como base as

características territoriais visa valorizar o meio em que o aluno está inserido e, a partir da sua realidade conhecer outras realidade e outros modos de vida.

A partir do pensamento de Souza (1995) pode-se perceber que o território em que o alunos habitam tem suas próprias características e traços culturais marcantes que influenciam na formação do jovem a na construção da identidade da população do campo. Então, educar para a realidade em que o jovem está inserido valoriza o campo, a produção agrícola, a agricultura familiar e a propriedade rural.

Considerando a Constituição Federal – CF/88 e a Leis e Diretrizes de Base da Educação – LDB nº 9.394/96 percebe-se que educação é um direito de todo cidadão. A priori, as características territoriais não eram consideradas, sendo que os currículos escolares e conteúdos eram os mesmos para as escolas rurais e para as escolas urbanas. A preocupação com essa realidade começou a se destacar quando alunos do campo começaram a demonstrar desinteresses pela escola, sob a justificativa de que para trabalhar no campo não era preciso estudar.

As discussões se tornaram mais fortes quando, a partir dos movimentos sociais, percebeu-se a necessidade de se criar uma política educacional diferenciadas para as crianças do campo. A luta por uma educação no campo continuou forte até que Conselho Nacional de Educação, responsável pela Proposta Curricular e pelo Plano Nacional de Educação colocaram o tema em discussão e o incluíram nos Anais Educacionais.

Enfim, a Educação no Campo passou a fazer parte do sistema de educação, e na Escola Básica Estadual Estanislau Schumann, no município de Bela Vista do Toldo, essa realidade se concretizou em 20 de junho de 2005, pela Resolução do CEB nº 04 de dezembro de 1999.

A Educação no Campo, Educação Profissional, se tornou relevante para o sistema de ensino em Bela Vista do Toldo porque atraiu jovens que estavam entrando no Ensino Médio, trouxe jovens que já tinham abandonado os estudos de volta aos bancos escolares e tinha uma proposta de educação voltada para a realidade do campo, para a administração da propriedade rural, para a agricultura familiar e para uma formação de um profissional em Agronegócio que ficasse morando no campo, proporcionando melhorias estruturais na sua própria propriedade e aumentando sua renda familiar.

Para Souza (1995) a educação no campo aborda questões que visam valorizar o trabalho do homem do campo, o trabalho agrícola, a importância da agricultura para a sobrevivência humana e a relevância de as novas gerações permanecerem no campo para dar continuidade ao trabalho agrícola.

A Educação Profissional no Ensino Médio vem contribuir para a formação do sujeito e para o desenvolvimento econômico, pois quanto mais se aprende e se capacita, mais o sujeito tem mais condições de atuar em prol do desenvolvimento de sua propriedade, se manter no mercado competitivo, do comércio e da produção agrícola.

Foi possível constatar que o curso oferecido pela rede Estadual de ensino, possibilitou que os jovens da época percebessem que o campo é um território vasto de oportunidades e onde as tecnologias estão ficando cada vez mais presentes, no entanto, é preciso reforçar esses conceitos às novas gerações e quebrar estereótipos pré-estabelecidos, ou seja, é preciso fazê-las perceber que até mesmo para desenvolver o trabalho no campo é preciso de estudo, de conhecimento científico e da relação teoria/prática.

3.1 MÉTODO

Para constatar que o EMIEP ofertado pela Escola Estadual “Estanislau Schumann” foi relevante para o município de Bela Vista do Toldo, para os alunos envolvidos no processo de ensino aprendizagem e para a própria instituição de ensino, foi entrado em contato, via *whatsapp* e/ou *email*, com alguns alunos que concluíram o curso, explicado o objetivo da pesquisa e solicitado que cada um elaborasse um texto explicando sua experiência enquanto estava matriculado no curso, os benefícios do curso para a sua vida adulta profissional e porque escolheram participar do Curso Profissionalizante em Agronegócio.

Após o primeiro contato com os ex-alunos, 06 (seis) deles retornaram seus relatos, os quais foram utilizados no Trabalho de Conclusão. Para não expor os alunos, e somente sua opinião e experiência em relação ao curso, preferiu-se utilizar números para cada aluno. Nas laudas a seguir é possível identificar as considerações dos alunos.

3.2 RELATOS DOS ALUNOS

Nos 6 (seis) relatos dos ex-alunos do Ensino Médio foi possível perceber que o curso foi importante para a escola, para os adolescentes, para as famílias e para o próprio município, pois cada um com suas especificidades e necessidades, viram no referido curso uma oportunidade de melhorar a produção, pensar na qualidade do produto e não na quantidade, minimizar a saída do jovem do campo em busca de emprego na cidade, aumentar a renda familiar e ter um técnico em agronegócio para gerir a propriedade da família.

No relato dos alunos é possível perceber as mudanças de pensamento, bem como o que os alunos aprenderam durante os 4 (quatro) anos de curso. “O aluno 2 relata “...aprendi sobre educação profissional voltada à propriedade rural... algumas técnicas em ovinocultura e como colocar em prática o que se aprende na teoria...”

O aluno 3 mencionou que a partir do cursos “...consegui analisar todo o processo da propriedade dos meus pais, em todos os segmentos da área rural, desde a produtiva, administrativa e na preservação da natureza. Foi um curso importante, porque além de preparar a pessoa para gerenciar com eficácia a propriedade, ensinava a fazer planejamento, controlar e acompanhar a produção, as despesas e a receita. Aprendi a proteger as nascentes, preservar a mata ciliar e incubar uma nascente que abastece a propriedade rural até hoje”.

O aluno 4 mencionou que o EMIEP “era um ensino muito bom para quem pretendia atuar na área rural. O aluno adquiria muitos conhecimentos e conhecia as tecnologias que poderiam ser implantadas na propriedade rural. Era legal porque a gente fazia experiências e via com os próprios olhos e na prática o que dava resultado e o que poderia ser melhorado na propriedade”.

O 5º aluno entrevistado relatou que “o EMIEP foi uma grande novidade e causou muitas expectativas de como iríamos nos adequar a nova forma de ensino. Os professores tiveram que se adaptar e aprender os conteúdos que eram "diferentes" do costumeiro. Mas deu certo. Foi uma grande experiência, aprendemos coisas que usamos no dia a dia, até hoje, 10 anos após concluir o curso. Foi muito proveitoso em todos os aspectos. Se pudesse dar aos meus filhos essa oportunidade, daria com certeza”.

O 6º ex-aluno entrevistado relatou que “o ensino médio profissionalizante foi importante para minha formação, me ajudou na agricultura e meus pais aceitavam fazer algumas mudanças na nossa propriedade. Os professores mostravam para a gente que a vida no campo e a agricultura eram importantes para toda a cidade e para a população mundial, o que contrariava o pensamento dos mais velhos, que achavam que para viver no campo e plantar milho, feijão e fumo e cuidar de porco, vaca e galinha não precisava estudar”.

Dos 6 (seis) alunos entrevistados, após 11 anos de conclusão do curso em Agronegócio, 2 (dois) trabalham com Ovinocultura, mesmo tema abordado no Trabalho de Conclusão de Curso.

O outro aluno, não trabalha diretamente com a apicultura, tema de seu TCC, mas ainda possui apiário e relata que ainda retira mel para consumo da família e mantém uma nascente que abastece a propriedade com água adequada para o consumo.

O 3º e 4º ex-alunos trabalham no fumo, no cultivo de milho e soja e acreditam que o EMIEP foi importante para sua formação. Já o 6º ex-aluno, após vários anos trabalhando na agricultura, atualmente, trabalha na administração pública, mas reside no campo, cultiva horta familiar, e acaba usando os conhecimentos construídos no período do ensino médio.

Apesar de não desenvolver as técnicas na agricultura, a aluna relata que muitos conhecimentos apreendidos no curso, como relações humanas, empreendedorismo, gestão em propriedade rural e conhecimento básico em informática são empregados hoje em seu próprio comércio (loja).

Pode-se perceber que os conhecimentos construídos durante o curso podem ser utilizados em outras áreas também, basta professor e alunos saber vincular tais conhecimentos à sua prática e necessidade diária.

Nesse sentido, não basta a boa vontade do aluno, mas sim professores capacitados para atuar na Educação no Campo, que saibam relacionar os conteúdos da Base Nacional com conteúdos da sua realidade e um currículo municipal voltado para a realidade do campo, sem negligenciar as outras realidades. O que se quer agora, não é um ensino focado somente no campo, mas um ensino que parta da realidade do campo e, que gradativamente, vá envolvendo outros conteúdos, outros conceitos e outras realidades.

Ao realizar as leituras relacionadas ao tema percebeu-se que a Educação no campo, apesar de ser uma política pública bastante discutida no contexto educacional e possuir legislação de início do século XXI, ainda é um desafio para o sistema de educação. Não basta possuir leis, decretos e resoluções abordando sobre a Educação no Campo, pelo contrário, é preciso criar uma estrutura lógica, eficiente e eficaz de implantação dessa modalidade de ensino.

Elaborar currículo adequado, priorizar conteúdos, criar oficinas, planejar passeios e visitas técnicas, enfim, se a Educação no Campo é profissionalizante, torna-se necessário que o estudante tenha contato com o conhecimento teórico e com a prática desde o início até o final do curso

Formar professores para atuar na Educação Campo é outro desafio para o sistema de educação, já que o próprio professor precisa mudar suas metodologias, sua prática pedagógica e seu processo de ensino. Nesse momento, como menciona o educador Paulo Freire (2009), o professor precisa aprender a aprender, isto é, o professor precisa aprender a dar aulas e mediar o estudo dentro do conceito de Educação no Campo.

O conceito de Paulo Freire (2009), “aprender a aprender”, refere-se a atitude que o professor toma diante do processo educacional. O professor precisa ter uma postura forte, decidida e ir em busca de novos conhecimentos, novas propostas de ensino, enfim, precisa se conscientizar que ao mesmo tempo que ensina, ele também aprende. Nesse momento, a aprendizagem se torna constante e necessária, pois quanto mais se domina um assunto, mais conhecimento pode ser transmitido, construído e mediado.

Ao analisar os conceitos de espaço geográfico, território e lugar percebeu-se que tais são conceitos simples, mas que possibilitaram ao acadêmico associá-los aos princípios da Educação no Campo e compreender que se cada espaço, território e lugar possuem características próprias e traços culturais específicos é preciso que o sistema educacional também seja próprio para cada território e para cada realidade.

Ao analisar a legislação vigente sobre a Educação no Campo, constatou-se que mesmo as leis garantindo direito à educação e direitos à Educação no Campo, ainda é preciso fortalecer essa política pública e difundir à população do campo, que o estudo não é privilégio do homem da cidade e que se o homem do campo usar o

estudo e o conhecimento científico no seu dia a dia, sua renda pode melhorar e seu trabalho minimizar.

A legislação existe, mas é preciso pessoas interessadas em colocar essa lei em prática, pessoas que queiram difundir novos conceitos sobre a importância do homem do campo para a sociedade, gerações de alunos que acreditem no trabalho do campo e que a propriedade rural é uma empresa que exige conhecimento científico.

Nesse contexto, o trabalho do campo precisa de planejamento, de pessoas que a administrem com dedicação, de ações e estratégias eficientes e eficazes, enfim, é preciso fazer as novas gerações entenderem que em um município agrícola, onde a principal atividade econômica vem da agricultura e 90% da população é composta por agricultores(as), o maior investimento deve ser no setor agrícola. Os outros setores e outras atividades econômicas também merecem atenção, mas em um município onde o eixo econômico gira em torno da agricultura, nada mais interessante do que investir e buscar uma educação voltada para o campo, para o homem do campo e para a agricultura.

Ao analisar os documentos relacionados ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – EMIEP, Técnico em Agronegócio, implantado na E.E.B. Estanislau Schumann em 2005, constatou-se que o Plano de Curso para o referido curso foi elaborado pelos professores(as) da unidade escolar e teve por objetivo oportunizar aos educandos uma formação integrada – geral e profissional – como Técnico em Agronegócio, voltada ao desenvolvimento sócio, econômico e cultural do município e da região.

O Plano de Curso possui uma Matriz Curricular específica, com carga horária total de 3.584 (Carga horária em sala, mais estágio), e contempla a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Área de Ciências da Natureza e Matemática, Códigos e suas Tecnologias e a Área de Ciências Humanas, Código e suas Tecnologias.

Todas as disciplinas e conteúdos escolares abordados pelos professores no currículo do EMIEP, tinham por intuito relacionar prática à teoria, transformar conhecimento empírico em conhecimento científico, desmistificar conceitos e considerar ensinamentos antigos, principalmente quando tais acabavam influenciando no plantio e/ou no desenvolvimento do cultivo. Ex: época de plantio

relacionado às fases da lua; Plantio de certas culturas associadas às estações do ano.

Durante a elaboração da pesquisa e construção textual percebeu-se que a Educação no Campo, e o curso de Agronegócio, oferecido ao Ensino Médio em Bela Vista do Toldo, se tornou relevante porque ofereceu uma educação profissionalizante a aproximadamente 40 alunos.

5 CONCLUSÃO

Pesquisar sobre a modalidade de ensino, educação no Campo, foi uma proposta agradável, pois se trata de uma proposta de ensino voltada para a realidade do campo e da agricultura, e não somente para a realidade da zona urbana, onde há o predomínio do comércio e das indústrias. Torna-se relevante abordar essa temática porque o Brasil é um país essencialmente agrícola, assim como a região do Planalto Norte e em específico o município de Bela Vista do Toldo.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica e analisar os relatos dos ex-alunos foi possível constatar que as mudanças e as discussões sobre a Educação no Campo são necessárias para que o processo e as políticas públicas educacionais sejam criadas no intuito de beneficiar toda população, de forma igualitária e com equidade.

O objetivo da pesquisa, que foi identificar como e porque a Educação no Campo se tornou relevante para os estudantes do Ensino Médio, da Escola Básica Estanislau Schumann, município de Bela Vista do Toldo enquanto esteve implantada na referida instituição escolar como EMIEP, foi alcançada pois identificou-se que o curso em Agronegócio proporcionou conhecimento aos alunos, e alguns, colocam esses conhecimentos em prática até os dias de hoje, em suas próprias propriedades.

Conseguiu-se identificar legislação referente sobre a Educação no campo e referências pedagógicas que mencionam que o professor deve estar em plena formação, sempre buscando novas formas e novos métodos para ensinar, visto que as novas gerações são mais exigentes.

Criar, implantar, desenvolver e manter uma política pública educacional não é uma tarefa simples, pelo contrário, exige estudo, análise, leis, resoluções,

profissionais qualificados, alunos interessados pelo novo, uma unidade escolar e professores dispostos a trabalhar em prol dessa política.

Exige uma estrutura organizacional complexa e um currículo específico, pautado nas necessidades da sociedade e do mercado mundial, sem deixar de lado as necessidades e realidade local, nesse caso, foi preciso considerar a realidade territorial da zona rural e do homem do campo.

Implantar a Educação no Campo em um contexto acostumado com um sistema de educação já estabelecido a anos foi tarefa árdua, que exigiu romper barreiras para implantar adaptações. Após muitas discussões, debates e lutas, principalmente pelos movimentos sociais, a Educação no Campo passou a ser uma realidade em muitos municípios agrícolas, que veem o campo como principal fonte de renda e a principal atividade econômica.

Enfim, a partir dos estudos foi possível concluir que algumas leis foram criadas para garantir o direito à educação e outras leis foram criadas para garantir uma educação voltada para a realidade do aluno, nesse caso a Educação Campo.

Conclui-se que a Educação no Campo, e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a partir do Curso Técnico em Agronegócio, no município de Bela Vista do Toldo foi oferecido aos jovens, no intuito mostra-lhes que o campo é um território repleto de oportunidades, de emprego, fonte de renda, a principal fonte de produção agrícola e principal atividade econômica.

Pode-se concluir também que ao relembrar alguns conceitos geográficos e relacioná-los à Educação no Campo, o acadêmico compreende a fundo o principal objetivo da Educação no Campo e porque tal modalidade de ensino se torna relevante para os jovens que moram em municípios agrícolas.

Enfim, assim como a pesquisa bibliográfica proporcionou contato com autores, conceitos, concepções, educadores e legislação, que abordam que todo processo muda e que o processo educacional precisa se adaptar a essas mudanças e ofertar uma educação de qualidade; o relato dos ex-alunos do EMIEP proporcionaram ao acadêmico professor, perceber que os alunos sentem mais interesse por cursos e conteúdos que condizem com a sua realidade.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado pois percebeu-se que os alunos do EMIEP, mesmo alguns não se dedicando exclusivamente à

agricultura, ainda colocam em prática os conhecimentos apreendidos e assimilados no Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ALANO, Janete da Silva. **Conteúdos e metodologias do Ensino de Geografia**. UDESC/CEAD/FAED. Florianópolis, 2004.

CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; et al. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LAMEIRAS, Anabela Antão. **Desterritorialização e reorganização das geografias territoriais: o caso de desemprego**: ensaio metodológico (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 40 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Territórios Educativos na Educação do Campo**: escola, comunidade de movimentos sociais. 2.ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. **A educação do Campo e seus Aspectos Legais**. (VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente), s/d.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Marise Borba; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação à prática da pesquisa e da extensão II**. Florianópolis: UDESC/FAED/CEAD, 2002.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia/Conceitos e Temas**. CASTRO, Iná Elias. Rio de Janeiro; Bertand, 1995.